

NO MEIO DO CAMINHO: ENTREVISTA COM FRANÇOIS RASTIER

Por **Maria de Fátima B. de M Bastista**, tradução do original francês de TRUDEL, Eric *Au milieu du chemin: entretien avec François Rastier* in ASEL, ano 46, vol. 27, nº 2. 2022.

Para a edição especial da Acta Semiotica e Lingvistica sobre *Perspectivas presentes e futuras da semântica interpretativa*

ASEL: O ano de 2022 marca o 35º aniversário da publicação de sua obra fundadora *Semântica Interpretativa*. Para o benefício de nossos leitores, você pode traçar o projeto que existe por trás da semântica interpretativa?

Rastier: Trinta e cinco anos parecem muito: veja a elipse magistral no final de *Educação sentimental* (dezenove anos se passaram), os *Vinte anos depois* de Dumas, *A mulher de trinta anos* de Balzac. Mas o tempo é irrelevante, as questões científicas iniciais permanecem em aberto. Parece-me que existem “inclinações” intelectuais relativamente independentes das pessoas que as frequentam e nisso a problemática prevalece sobre os autores. De Gaulle definiu o Gaullismo como um “estado de espírito”. Sem querer parafraseá-lo, o mesmo vale para a semântica interpretativa, que por um lado sintetiza aspectos da semântica estrutural dos anos 1960-1980 (Pottier, Coseriu, Greimas e um bom número de romancistas como Heger ou Wotjak) e, por outro, prolonga e retoma uma problemática retórico-hermenêutica, que se tornou muito minoritária numa linguística dominada pela problemática lógico-gramatical.

Em 1985, a linguística, pelo menos a “cena linguística”, era dominada pela gramática gerativa de Chomsky e a semiótica, pelo percurso gerativo segundo Greimas. A virada gerativa de Greimas acompanhou a ascensão do chomskismo, na França na segunda metade da década de 1960, após a *Sémantique structurale* (1966): tratava-se de circular o chomskismo, dizia Greimas, quando apresentou em *Du Sens*

(1970) um primeiro rascunho do o que viria a ser o “percurso gerativo”.

O quadrado semiótico apresentado em nosso artigo de *Yale French Studies* em 1967 era, a meu ver, apenas uma solução parcial para um duplo problema: o da tipologia das relações sêmicas e dos termos que elas constituem por sua interseção; e a dos percursos elementares de transformações entre esses termos — como evidenciam os exemplos vinculados à análise narrativa, em Balzac, entre outros. Torná-lo um modelo constitucional, no início de qualquer caminho gerativo, sempre me pareceu muito ambicioso. Por um lado, esse modelo, explicitamente, não abre espaço para o contínuo e escapa à relação entre formas e fundamentos: como os semas são apenas pontos singulares na dinâmica e, como o contínuo, pode dar conta do discreto, e não do inverso, seria necessário, portanto, retomar esse modelo em um quadro continuista, o que foi feito por Petitot em *Morphogenèse du sens* (1985), que continuei com uma teoria das bases semânticas que são as isotopias e que meu amigo Zilberberg retomou de outra forma com a semiótica tensiva.

Foi então necessário estender a análise dos textos àquela dos corpora, desde o coletivo *L'analyse thématique des données textuelles* (1995), aos anais do colóquio *Corpus en*

Lettres et Sciences sociales — Des documents numériques à l'interprétation (2007). até *La mesure et le grain. Sémantique de corpus* (2011). A reflexão continua sobre a operacionalização do conceito de passagem por sistemas conexionistas e a extensão do problema de reconhecimento de formas (ver o coletivo *L'intelligence artificielle des Textes*, 2021). Por fim, como a teoria das artes, de Lessing e Goethe a Panofsky e Jakobson sempre foi um lugar essencial de elaboração para as ciências da cultura, fui

levado, após o colóquio de Cerisy *Documents, textes, œuvres* (2014), a escrever *Créer. Image, langage, virtuel* (2016): uma ciência das obras, uma “operística”, que não pretende substituir o discurso crítico, mas poderia sintetizá-lo em seu núcleo racional. A Rede Obras e Cultura, formada em 2021 no coletivo *La Reconstruction* (<https://lareconstruction.fr/>), estabeleceu o objetivo de explorar essa questão com maior profundidade.

ASEL. Como o próprio nome sugere, a semântica interpretativa visa à interpretação do sentido. Do seu ponto de vista, o que é necessário entender por “interpretação” e “sentido”?

Rastier: O sentido não é um éter misterioso, mas um modo de interação com nosso ambiente semiótico, uma forma de responder, de alguma forma, aos enigmas que nos cercam, os adultos em primeiro lugar. Podemos entender, assim, as palavras de Merleau-Ponty: “Estamos condenados ao sentido”, como se fosse um pecado original. Não façamos da interpretação uma virtude compulsiva: uma abordagem científica do sentido não visa multiplicar as interpretações, mas descartá-las para identificar as mais relevantes. Considero

a interpretação um percurso de formas semânticas (ver *Sens et textualité*, 1989). Essa concepção morfossemântica pertence à tradição morfológica. Procuo aprofundá-lo (ver “*Sémiosis et métamorphoses*”, 2020).

Os caminhos de gênese e os caminhos de interpretação, provavelmente, passam por pontos comuns, mas são apenas conjecturas. Lembremos que a interpretação acredita estar reproduzindo a semiose inicial, mas assim que é objetivada, constitui outra semiose, seja pelo comentário ou pela tradução.

ASEL. A semântica interpretativa teve como principal objeto de estudo os textos literários. Posteriormente, teve várias aplicações. Quais são elas?

Rastier: Os métodos de uma semântica textual podem ser aplicados a todos os tipos de textos: vi aplicações a Lucrécio, aos Evangelhos, a textos de Bourdieu ou de Deleuze.

Quanto a mim, trabalhei primeiro com Mallarmé (1966), com Destutt de Tracy (1967-1968), depois com manuais de literatura (que não são textos literários!). Entre os textos

literários (*Mondes à l'envers*, 2018), filosóficos (duas obras sobre Heidegger em 2015 e 2018) e científicos (ver a coleção *Academic texts*, Oslo, Novus, não traduzidos, 2003). Talvez meu coração hesite, mas não importa, o principal é contribuir para uma tipologia de discursos ainda incerta?

ASEL. Nos últimos anos, sua reflexão se concentrou na questão dos signos, particularmente em seu livro *Faire sens* (2018). Como você aborda isso?

Rastier: Um signo, qualquer que seja o nível de análise, é um momento temporariamente estabilizado em um percurso, simplesmente porque as unidades são encruzilhadas de relações.

Esses percursos são complexos, vão de significado em significado, de significante em significante, de significado em significante e vice-versa. Por causa da linearidade da fala (que traduz tanto bem quanto mal a escrita), a interpretação está presa nas relações temporais de sucessão (veja o exemplo de Saussure: Cavalheiros! Cavalheiros!) que determinam o decurso do contexto e o texto .

A própria identificação do signo depende, portanto, da semiose, ou pareamento de um conteúdo e uma expressão, processo que é uma individuação. Apesar das regularidades estabelecidas pelas normas do gênero e do discurso, a semiose não é, de forma alguma, codificada na linguagem, de modo que cada ocorrência é um hapax, como apontaram tanto Schleiermacher como Saussure e Pottier.

A semiose não interessa, especificamente, aos signos mínimos que são os morfemas, nem mesmo àquelas unidades artificiais que são as palavras, mas a todos os níveis de análise, do morfema ao texto. Inclusive se estende, indiretamente, ao intertexto tal como pode materializá-lo um corpus de referência.

Os signos que nos cercam não nos são dados, porque os restituímos para interpretá-los em cada uma de suas ocorrências. Presentes em todas as nossas ações e, sem dúvida, no que, confusamente, chamamos nossos pensamentos, são, ao mesmo tempo, produto de uma obra coletiva e material de nossas palavras e de nossos escritos.

Tradicional na filosofia, a diferença entre linguagem e pensamento permanece aceita na linguística cognitiva. Entretanto, ela se relativiza

desde que renunciamos ao mentalismo ordinário em semântica: conteúdo e expressão tornam-se então inseparáveis.

São dois pontos de vista complementares sobre a mesma “coisa” que se constituem por sua combinação. Uma semântica saussuriana não pode ser autônoma – daí as críticas de Saussure em relação à semântica de Bréal. Gostaria de citar aqui esta extraordinária declaração de Pascal: “O mesmo sentido muda de acordo com as palavras que o expressam. Os sentidos recebem das palavras sua dignidade, em vez de lhes dar” (Pensées, § 798-50). Suspeito que aqui, neste contexto e com parênteses, é possível transpor uma teoria da Encarnação: “o Verbo se fez carne” que se torna “o sentido se fez fala”, mas longe de um declínio na matéria, o sentido recebe uma promoção com dignidade.

Descartemos a metafísica. Ao invés de uma ontologia, os signos revelam uma teoria da ação ou praxeologia. Isso enfraquece as concepções logicistas da língua como “código” e conduz a considerá-la como um sistema constantemente modificado por seu uso e moldado por dinâmicas históricas.

Como qualquer resultado metaestável de um processo de individuação, o signo corresponde a um mínimo de energia local, mas sua criação dotou-o de uma energia de ativação e assim mantém a tensão que lhe permitirá transformações posteriores. Qualquer grandeza semiótica é de fato metaestável em um sentido particular, uma vez que ela é puramente diferencial, basta modificar seu paradigma, seu contexto ou seu corpus para que ela se modifique com as relações que a constituem. Além disso, nunca atinge um estado estável, pois sempre figura em um sistema e corpus em evolução. A sua repetição permanece impossível, porque um signo é percebido como tal apenas dentro de um contexto de produção

ou de interpretação, ou seja, de reprodução, compreendida como recriação.

É necessário aqui introduzir uma distinção entre as variações aleatórias que afetam todas as ocorrências e as variações convergentes

que procedem de um projeto e contribuem para assumir uma nova forma, daí a necessidade de elaborar a teoria das transformações das formas e dos fundos. semânticos e expressivos.

ASEL: Alguns de seus trabalhos recentes, como seu livro *Saussure au futur* (2015), permitiram descobrir o pensamento de Saussure nos textos autógrafos dos *Écrits de linguistique générale* publicados em 2002. Quais são as contribuições desta releitura do Saussurismo para a linguística e a semiótica?

Rastier: A obra de Saussure é um livro escolar tanto para a filologia tanto quanto para a hermenêutica, e as incompreensões que cercam essa obra mostram que a linguística se afastou bastante dessas disciplinas fundamentais. Ora, uma disciplina que não sabe mais ler seus textos fundadores se condena ao esquecimento

Você sabe que, há exatamente 20 anos, a publicação dos *Écrits de linguistique générale* tornou possível ler *De l'essence double du langage*, escrito em 1891, encontrado em 1996, e que é o esboço de um livro, evocado em particular, mas nunca publicado. Depois virá o projeto de outro livro, *Status e Motus*; finalmente as notas manuscritas, *Les notes Item*, que permaneceram confidenciais, mas que parecem indicar que Saussure planejava um tratado a partir de aforismos, nos dois sentidos desta palavra: o sentido etimológico que ela evoca (delimitações) e o gênero de pensamentos breves.

Um dos méritos da publicação dos *Écrits* terá sido o de permitir ultrapassar, espero, definitivamente, as simplificações do *Cours* (que não são feitos de Saussure), obra que depois de um século, talvez, tenha “esgotado sua missão histórica”.

Em suma, o corpus saussureano – ainda em grande parte inédito – terá sido ampliado, suas hierarquias modificadas (o Curso deixou de ser o ponto de referência, como era para

Gödel ou Engler, até mesmo De Mauro) e suas leituras foram renovadas .

No grande movimento de releitura de todo o corpus saussureano, alguns trabalhos como o meu *Saussure au futur de 2015* aproximam-se de uma leitura presentista, senão futurista. Mas outros retornam como deveriam a uma melhor compreensão da posição histórica de Saussure.

Insisto, também, no fato de que Saussure não é somente um teórico da linguística geral, é um teórico (e que praticante!) da linguística das línguas: é preciso procurar em seus manuscritos lituanos, góticos ou sânscritos (o que poucos autores fizeram) para ter uma visão mais clara da articulação entre geral e particular.

Isso destaca os grandes princípios do estruturalismo – assimilados muito rapidamente ao binarismo jakobsoniano: a primazia das relações sobre os termos, a perspectiva diferencial que põe um fim em qualquer ontologia referencial, a metodologia comparatista que dela resulta; à qual seria necessário somar a perspectiva morfológica, que ultrapassa o modelo entidades-relacionamentos, legado pela lógica à gramática, e que faz de qualquer performance semiótica o resultado de uma série de transformações, uma série que continua dentro dela. Isso significa que participamos de um neo-saussurismo? Essa questão terminológica interessa mais a uma historiografia que seria prematura.

ASEL: Na sua opinião, quais são os domínios de aplicação presentes e futuros mais relevantes e “urgentes” da semântica interpretativa e de uma semiótica das culturas.

Rastier: Distingamos os domínios: a semântica interpretativa é apenas uma parte da linguística e a linguística é a semiótica das línguas, em suma, uma parte da semiótica. Alguns de seus princípios metodológicos, quer os aplique ou os promova, porém, têm uma generalidade que vai além das línguas: por exemplo, os princípios de constituição do corpus são válidos, também, para as imagens ou para as peças musicais. Da mesma forma, os princípios de estudo dos gêneros são análogos aos gêneros de imagens (aliás, apresentei ao ACFAS um pequeno trabalho sobre imagens de personalidades da imprensa e catálogos turísticos). Os princípios metodológicos que regem a constituição crítica de um corpus se aplicam a todos os documentos digitais, por exemplo sites (Trudel, 2015, 2017, 2018).

Isso não é de se admirar. Da mesma forma, métodos de classificação como a análise fatorial podem ser aplicados a todos os tipos de documentos. Em suma, há uma generalidade filológica na análise de documentos, mas uma especificidade na análise de textos e, a fortiori, de obras (literárias, científicas ou mais geralmente teóricas).

As aplicações específicas da semântica interpretativa interessam aos campos disciplinares preocupados com os textos, tanto no campo das humanidades (corpora latinos e medievais) quanto aos corpora contemporâneos, sejam literários, científicos ou midiáticos.

Em *linguística descritiva*, a semântica interpretativa contribuiu nas análises das línguas românicas e das línguas ameríndias (ver em particular o trabalho de Enrique Ballon-Aguirre e seus colaboradores sobre o vocabulário agrário do quíchua e do chipaya). Sendo principalmente uma semântica de textos, encontra aplicações em vários campos, por exemplo, para *corpora literários* antigos e modernos ou para *corpora filosóficos e científicos*.

A semântica interpretativa aplicada à *linguística de corpus* tem sido utilizada na recuperação da informação e na representação do conhecimento. Em particular, pode favorecer aplicações que fazem o objeto de uma crescente demanda social: reconhecer um tipo de texto por características lexicais ou morfológicas; detectar um tipo de site; auxiliar na análise temática; realizar a difusão direcionada, definindo as proximidades entre os textos, etc. A maioria das aplicações hoje assume tarefas de caracterização: dentro de um corpus, trata-se de destacar os elementos relevantes para a aplicação. Consequentemente, a linguística retrabalha, através de um novo caminho, a problemática da descrição das singularidades, própria das ciências da cultura; a descrição das leis, por muito tempo considerada a condição necessária da cientificidade, subordinando-se então ao estudo sistemático dos usos reais. A linguística de corpus participa assim do programa comparativo entre línguas; mas, sobretudo, permite prosseguir este programa, dentro de cada língua, comparando discursos, gêneros e textos.

A linguística, de Humboldt a Saussure, de Hjelmslev a Greimas e, além deles, desempenhou e ainda desempenha, através da elaboração de uma metodologia estrutural e transformacional, um papel importante na definição das ciências da cultura.

Nesse quadro geral, a semântica interpretativa desempenha seu próprio papel, abordando, segundo suas necessidades, problemas gerais como o da relação entre global e local, documentos e corpus, unidades e formas, normas e inovações, causalidades internas e externas.

O mundo cumulativo da cultura, no sentido cosmopolita do termo, é de fato o objeto das ciências da cultura: elas assumiram

a tarefa de objetivá-lo sem levar em conta os preconceitos de pertencimento.

Muitas questões permanecem em aberto. Relativamente a uma antropologia filosófica, o que seria então uma antropologia semiótica? Como conciliar linguagem e pensamento, conteúdo e expressão, a postulada universalidade do espírito humano e a diversidade de culturas? Como descrever o ambiente humano, maciçamente semiotizado? É necessário ultrapassar as teorias sobre a origem da linguagem para compreender melhor o surgimento da semiótica, apoiando-se em particular nas conquistas recentes da linguística e da antropologia. Como as línguas são mais obras humanas do que produtos providenciais da evolução, as oposições sumárias entre inato e adquirido, natureza e cultura devem ser relativizadas. Essa tarefa cabe à semiótica das culturas.

Qual seria sua relação com as ciências da cultura? Estas devem definir seu lugar em relação aos seus vizinhos acadêmicos e isso envolve, também, definir seu campo de objetivação. Ora a oposição popularizada por Dilthey entre ciências da cultura e ciências da natureza permanece insuficiente. De fato, as ciências da natureza não têm unidade teórica em si mesmas e seus objetos são heterogêneos: é por isso que se faz uma distinção entre as ciências físicas e as ciências da vida.

A federação das ciências da cultura é a mais recente de todas, pois tem apenas dois séculos de existência. É claro que a gramática existe desde a Antiguidade, mas não a linguística, que toma como objeto a diversidade das línguas. As observações sobre os costumes não deram origem a uma antropologia ou a uma etnologia.

É o próprio projeto das *Lumières* de compreender o mundo humano por si mesmo, em sua unidade e em sua correlativa diversidade, sem levar em conta determinações extrínsecas, mesmo que sejam divinas.

Agora, no entanto, muitas preocupações identitárias rejeitam *a cultura* em favor das culturas. Para uma semiótica das culturas, é impossível projetar categorias *a priori* sobre seus objetos. Por exemplo, em linguística, nenhuma diferença é feita em princípio entre línguas minoritárias e majoritárias, e mesmo entre vivas e mortas. O mesmo vale para as culturas: para conhecer as especificidades sempre locais e evolutivas de uma cultura, é necessário compará-la com outras, ou mesmo todas as outras. Uma cultura só pode ser compreendida dentro do *corpus* constituído por outras culturas, ao qual está ligada por um feixe de semelhanças e diferenças, empréstimos e inovações específicas.

Enquanto a desconstrução pleiteia a reconquista da identidade alienada, as ciências da cultura, pela metodologia específica de seu projeto comparativo, rompem com toda essencialização. A identidade é apenas um engodo metafísico: só pode ser tautologicamente afirmada, mas nunca demonstrada. Se, portanto, as ciências da cultura têm um alcance político, é preciso reconduzir, em última instância, os discursos identitários de volta à sua própria inanidade, para permitir uma melhor compreensão das relações entre individual e particular, por um lado, e geral e universal, por outro.

Toda a história das ciências culturais teria sido marcada pela constituição progressiva de seu domínio de objetividade, o da diversidade humana. Eles devem encontrar um equilíbrio entre a unidade da raça humana, descoberta e afirmada politicamente no tempo do Iluminismo, pelo próprio conceito de Direitos Humanos, e a diversidade dos homens no tempo e no espaço. Sem o curso de sua reflexão, Humboldt a aborda primeiro por três diversidades: a dos sexos, depois a das nações, depois a das línguas.

Não se trata de um universalismo, supostamente abstrato e eurocêntrico, mas de um cosmopolitismo bem compreendido que rejeita

preconceitos locais, supostas superioridades. Por exemplo, o novo e desinteressado estudo das linguagens dos chamados primitivos mostra uma complexidade inesperada. Poderemos, assim, articular antropologia (que não é mais apenas especulativa) e etnologia nascente. Ou o campo das ciências culturais (no singular) e uma semiótica das culturas (no plural).

A metodologia comum das ciências culturais só pode, portanto, ser histórica e comparativa. Isso pressupõe ser capaz de determinar invariantes para implantar variações. As variações, sempre tomadas em uma diversidade espaço-temporal, não são apenas uma dispersão de dados que devem ser elevados à dignidade de fatos: para compreendê-los é preciso poder restituir a energia que presidiu ao seu desdobramento. (Assim se desenham as contradições impulsionadoras do que mais tarde foi chamado de estruturalismo, quando se fez a distinção entre concepções estáticas e classificatórias e concepções dinâmicas e evolutivas.)

Passemos à relação entre a linguagem e outras instituições simbólicas. Segundo Saussure, a linguagem é uma instituição única em seu gênero. Se ele não menciona outras instituições, ele distingue entre linguística interna e linguística externa. Por exemplo, em seu estudo dos *Nibelungen*, ele liga a estrutura da narrativa épica à história do reino da Borgonha – que, de passagem, desmente a imagem distorcida de um saussurismo formalista e indiferente à história.

A grande inovação da Filosofia das Formas Simbólicas, da qual Cassirer publicou os três volumes de 1923 a 1929, teria sido levar em consideração, simultaneamente, as diversas instituições simbólicas, como lei, linguagem, mito, técnica. As instituições simbólicas permitem detalhar a relação entre a linguística interna e a linguística externa, não em termos de fora-dentro, mas em termos de imbricação.

É certo que a questão do número e da natureza das instituições simbólicas permanece em aberto, e Cassirer dá exemplos sem tentar inventariá-los. Na caracterização que a linguística lhes pode dar, eles correspondem (em minha opinião) a discursos, isto é, a grupos de gêneros textuais em co-evolução (discurso literário, científico, jurídico, religioso), que linguística de corpus, por simples métodos de classificação automática, pode diferenciar radicalmente, até os detalhes de categorias morfossintáticas ou pontuação. Certamente, carecemos de pesquisas sistemáticas nessa área, o que prolonga o projeto geral do comparatismo.

A linguagem continua sendo uma instituição simbólica entre outras, como o direito, o mito, a religião, a tecnologia etc. Cada uma dessas instituições é caracterizada por seus próprios regimes semióticos, bem como por interações constantes e evolutivas com outras instituições semióticas. Dentro de cada cultura, a hierarquia dessas instituições varia, não apenas em função de dinâmicas internas, mas também de dinâmicas externas. Cada instituição é de fato transformada e estabelece sua própria história pelas reelaborações (como os empréstimos e decalques em lexicologia).

Mas o essencial continua sendo o constante entrelaçamento dessas instituições: por exemplo, os mitos têm um suporte linguístico, mas não podem ser reduzidos a ele, eles também têm formas musicais, pictóricas, oníricas, comandam ritos. O mesmo vale para a lei, ou tecnologia.

Em suma, cada prática social põe em jogo, de várias maneiras, várias instituições simbólicas, cada uma das quais pode favorecer determinados sistemas de signos. Esse entrelaçamento atesta a unidade da cultura, que evolui de acordo com os desequilíbrios criativos que afetam suas diversas instituições simbólicas.

Cada prática social se dá dentro de uma instituição simbólica orientadora que define seus princípios e delimita suas liberdades, para que

possa ser sancionada, no sentido positivo de garantia. No entanto, uma prática envolve três níveis, que exigem três tipos de descrição: o das representações, o das interações semióticas e o das interações físicas. O nível de interações semióticas desempenha um papel mediador no homem (cf. Faire Sens, 2018).

O entrelaçamento de formas simbólicas leva a um tipo muito particular de interdisciplinaridade: várias disciplinas são bem-vindas para dar conta da complexidade de um domínio de objetivação, mas sob a direção de uma disciplina principal que as requer para seus próprios objetivos. A iconologia pode recorrer à história – e não apenas à história da arte. Isso se estende a disciplinas em outros “departamentos” científicos. Por exemplo, a arqueologia pode recorrer à palinologia, etc.

Dois grandes projetos científicos que deram origem a programas de unificação epistemológica das ciências culturais: a sociologia, em particular durkheimiana, e a semiótica na tradição saussureana. A antropologia em sua versão levi-straussiana poderia tê-lo reivindicado, mas não o fez, ao considerar a linguística como uma “ciência-piloto” ou pelo menos como um modelo epistemológico que, depois, se estendeu à semiótica – donde o apoio particular, posso atestar, de Lévi -Strauss ao programa de Greimas.

A ambição sociológica era grande e encontrou seu melhor desenvolvimento em autores como Marcel Mauss. No entanto, desaparece no sociologismo, muitas vezes marxista, que negligenciou a complexidade da cultura ao introduzir determinações unilaterais da economia e da política para outras instituições simbólicas. Assim Bourdieu, em *Ce que parler veut dire*, desejou incluir o estudo da linguagem na sociologia, por ser um fato social; tudo bem, mas ele negligenciou que tal anexação privaria a linguística de seu próprio domínio, o da diversidade das línguas.

Apesar das dificuldades de toda ordem, a semiótica das culturas poderia contribuir para a unificação epistemológica das ciências da cultura, sem pretender tornar-se uma metadisciplina, ou mesmo um organon, mas uma disciplina auxiliar.